

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

Entre estratégias e tomadas de posição,
buscas para compreender um processo de
incubagem [Between strategy and position,
seek to understand an incubating process]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Pinheiro Vera Schmitz, Leandro R.
Publisher	Editora UnilaSalle
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-07-15 03:45:01
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/224268

ENTRE ESTRATÉGIAS E TOMADAS DE POSIÇÃO, BUSCAS PARA COMPREENDER UM PROCESSO DE INCUBAGEM

Leandro R. Pinheiro

Vera Schmitz

Resumo

O artigo analisa o processo de incubagem de empreendimentos econômicos solidários, partindo do caso de um grupo formado por mulheres atuantes no ramo de costura. As problematizações propostas, aqui, narram buscas metodológicas para compreender as tomadas de posição dessas trabalhadoras, visando a diálogos educativos. Destacamos, de um lado, as articulações micropolíticas na comunidade e, de outro, os procedimentos para formação de preços de produtos adotada pelas trabalhadoras, como aspectos práticos a indicar tomadas de posição produzidas historicamente, aventando a hipótese de congruências destas com as ambiências de trabalho em que essas mulheres têm se situado.

Palavras-chave

Formação, Tomadas de Posição, Estratégias, Incubagem

BETWEEN STRATEGY AND POSITION, SEEK TO
UNDERSTAND AN INCUBATING PROCESS

Abstract

The article analyzes the incubating process of solidarity economic enterprises on the case of a women's



group who work with sewing. The issues raised by this paper present methodological searches used to understand this employee's turn taking, aiming educational dialogues. First, we remark the community's micro-political articulations; then, on the other side, we highlight the procedures for the establishment of the product prices assumed by the workers as a practical aspect that points out turn takings which were historically produced and suggesting the hypothesis of agreement with the working environment characteristics in where these women have been situated.

Key words

Training, Turn taking, Strategies; Incubating.

1 INTRODUÇÃO

O texto que segue traz problematizações acerca do processo de incubagem de empreendimentos econômicos solidários, focando a análise nas relações construídas entre as integrantes de um dos grupos incubados e a equipe, que constituímos na incubadora. O cotidiano de acompanhamento é alvo de análise, aqui, perguntando pela dimensão educativa das práticas, que efetivamos em campo.

Para tanto, narramos nosso diálogo com um grupo de quatro mulheres, que visavam a constituir um empreendimento no ramo de costura. Moradoras de um bairro de periferia, com reduzidos índices de renda e escolaridade, e cuja população encontra-se em situação de elevada vulnerabilidade social, essas trabalhadoras se situam num quadro social de inserção feminina precarizada no mercado, perpassada pela necessidade de subsistência. Opção da equipe da incubadora, o trabalho com tal segmento se coaduna ao fomento à economia solidária e às práticas de autogestão, solidariedade e cooperação que esta encerra.

Apropriando-se de contribuições de autores, como Bourdieu, Josso e Morin, propomos algumas provocações concernentes à compreensão da formação



dos sujeitos com os quais dialogamos. O aporte que construímos desde tais inspirações nos instigou a narrar a interação produzida na comunidade supracitada, visando a compreender, neste ínterim, as tomadas de posição das trabalhadoras, que apoiávamos, e a conceber as possibilidades de diálogos educativos num processo de incubagem.

Para cumprir nosso intento, apresentaremos, na sequência, o lugar de onde falamos e o recorte, que adotamos para narrar o processo em questão. Traremos depois os referentes, que orientaram nossa abordagem, e o entendimento sobre a noção de ‘formação’, como concepção associada à compreensão das tomadas de posição. Problematicaremos, então, nossa permanência em campo, ao interagirmos com as integrantes do empreendimento e a comunidade próxima.

2 CONTEXTO DE AÇÃO: INCUBAGEM E COMUNIDADE

O processo narrado neste texto decorre das atividades desenvolvidas pela incubadora social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/Brasil, onde, entre técnicos e estagiários de ensino superior, preocupávamo-nos em promover iniciativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. A equipe de nove pessoas possuía uma formação multidisciplinar, incluindo as áreas de administração, serviço social, ciências contábeis, direito, comunicação social e educação.

Os grupos incubados se distribuíam em serviços de alimentação, costura e confecção, artesanato, reciclagem de resíduos sólidos e produção de eventos, com integrantes em faixa etária bastante elástica, envolvendo jovens e adultos. A característica comum aos empreendimentos incubados era a condição embrionária em que se encontravam quando selecionados para incubagem. Isso foi uma opção da incubadora, com vistas a trabalhar junto a populações com elevados níveis de vulnerabilidade social e com forte necessidade de organização política e produtiva.



Cada uma das cinco iniciativas era acompanhada sistematicamente por um técnico e uma estagiária, contando com apoio eventual dos demais integrantes da incubadora, conforme as demandas dos empreendimentos. A incubagem era organizada de modo a constituirmos relações dialógicas inspiradas nas práticas da educação popular (FREIRE, 1996), construindo ‘passo a passo’ os saberes necessários à gestão do trabalho. Embora tivéssemos como medida inicial situarmos a perspectiva de economia solidária e iniciarmos diagnósticos e planejamentos participativos, o cotidiano de acompanhamento tomava rumos diversos e até instáveis, segundo caminhavam as necessidades individuais de subsistência, os conflitos interpessoais, as aprendizagens coletivas, os serviços prestados pelo grupo e as interações que seus membros mantinham com suas comunidades de pertencimento. No intuito de garantirmos a permanência do trabalho e estabelecermos aprendizagens significativas, procurávamos partir dos desafios cotidianos e seguir alimentando a proposta de constituir um empreendimento de economia solidária.

Tomando, aqui, as considerações de Gaiger (2006), quando integramos nossas atividades à promoção da economia solidária, estamos considerando um campo de iniciativas que, em formatos variados, almeja “um caráter coletivo na gestão, na posse dos meios de produção e no processo de trabalho, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando o envolvimento com os problemas da comunidade e com as questões da cidadania” (GAIGER, 2006, p. 515). Estamos falando de um conjunto de propostas com incidência em vários continentes e articuladas a diversos movimentos sociais. Neste ínterim, o fomento a tais empreendimentos encontra lugar no Brasil junto a instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e instâncias estatais¹.

¹ Seriam exemplos a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), o Centro de Aperfeiçoamento Multi Profissional (CAMP) e/ou a Secretaria Nacional de Economia Solidária.



Dentre as iniciativas que acompanhávamos, optamos por abordar o processo desencadeado junto a um grupo de mulheres, que trabalha no ramo de costura e confecção, produzindo, na maioria dos casos, peças de corte simplificado, como bolsas, camisetas e bandeiras. O número de integrantes no empreendimento variou consideravelmente no período em análise, de forma que consideraremos uma composição de quatro pessoas, que, então, mostrou-se a mais estável².

As mulheres com quem dialogávamos residiam num bairro de periferia de São Leopoldo, cidade pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre e ao Vale do Rio dos Sinos, cuja ocupação original se deve a imigração de alemães no século XIX. Essas trabalhadoras, contudo, eram oriundas de municípios menores, do interior do Rio Grande do Sul. A vinda de suas famílias para a atual localidade ocorreu na busca de trabalho e na expectativa de melhores condições de vida. Suas atuais residências estavam localizadas numa área cujos moradores possuíam reduzidos níveis de escolaridade e renda, vinculados, muitas vezes, a ocupações informais do mercado de trabalho. A construção das moradias nessa ‘vila’ se articula à existência de uma cooperativa habitacional, a qual se filiaram muitos dos residentes. Essa cooperativa apoia o empreendimento em questão, cedendo espaço físico e, ocasionalmente, encomendando serviços, ainda que nem todas as integrantes sejam cooperativadas.

As trabalhadoras possuíam idade entre 45 e 55 anos. Apresentavam pouco tempo de escolaridade, sendo que duas delas conseguiam ler com facilidade.

² Aventamos a hipótese que a instabilidade na formação do grupo, comum também a outros empreendimentos incubados, deve-se aos elevados níveis de vulnerabilidade social, destacando-se a urgência dessas mulheres em atender necessidades materiais básicas, cedendo a uma habitual contratação precarizada em empresas locais. E, cabe sinalizar já de antemão, a constituição de empreendimentos desde suas condições mais básicas (equipamentos e recursos para capital de giro, saberes técnicos e organização autogestionária) parece demandar um tempo de maturação e desenvolvimento desproporcional aos ritmos e urgências das comunidades com as quais dialogamos. Essa questão não será alvo de análise no texto, mas gostaríamos de assinalar sua relevância para futuras problematizações.



Já o trato com números era mais disseminado. Suas famílias eram compostas de dois a três filhos, sendo que uma delas era casada na época. Mais recorrentemente, as trajetórias de trabalho incluíam passagens por indústrias de calçado e facções têxteis, com laços de assalariamento bastante precarizados e instáveis, mas que teria lhes oportunizado aprendizagens na área de confecção. Apenas uma das integrantes não tinha tal experiência, parcialmente compensada por um curso técnico oportunizado pela incubadora e, também, por habilidades domésticas, que nos parecem culturalmente disseminadas, interpondo uma questão de gênero.

O grupo apresentava características comuns ao contexto de aumento do percentual de arranjos familiares chefiados por mulheres, em que estas acumulam tarefas domésticas e atividades externas destinadas à subsistência familiar, concentrando-se em serviços precarizados, como é recorrente no Brasil, segundo analisa Bruschini (2007). O Mapeamento da Economia Solidária (SENAES, 2006) indica, inclusive, o predomínio de mulheres entre os membros de pequenos empreendimentos, muitas vezes, configurados como alternativas de sobrevivência para populações vulnerabilizadas.

Retratado minimamente o contexto do trabalho, nossa narrativa se restringirá ao diálogo estabelecido com essas mulheres ao longo do processo de incubagem construído entre abril e setembro de 2008, quando efetivamos oficinas e reuniões regulares com o grupo, em algumas de suas residências ou na sede do empreendimento (localizado no mesmo bairro). Contudo, antes de resumir nossa caminhada e as problemáticas, que a perpassaram, cabe tratar das opções teóricas, que orientaram nossa abordagem³.

³ Os referentes trazidos, aqui, remontam a elaborações decorrentes do curso de doutorado, a partir do diálogo com outros sujeitos, mas são aportados, aqui, numa reinterpretação congruente com a interação disposta no texto.



3 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE FORMAÇÃO E TOMADAS DE POSIÇÃO: ENSAIOS PARA UM MÉTODO

Ao concebermos o processo de incubagem desde uma perspectiva educativa, consideramos oportuno apropriarmos a noção de ‘formação’. Dessa maneira, essa categoria é aportada como provocadora para pensarmos um conjunto minimamente coerente de tomadas de posição e interpretações impetradas pelos sujeitos sociais, cuja delimitação é, ainda assim, variável, conforme a interação com o contexto. Esse é um posicionamento epistemológico em análise em nosso trabalho, mas condensa uma intencionalidade educativa articulada ao propósito político mobilizatório, que encerra o estímulo à economia solidária.

Os sentidos atribuídos pelas trabalhadoras às práticas de solidariedade, à reciprocidade, à autogestão, ou mesmo à economia solidária, podem variar conforme suas trajetórias e as estratégias, que o contexto lhes demanda (GONÇALVES, 2008). Acreditamos na necessidade de reconhecer tais interpretações, pois estas encerram tomadas de posição com as quais dialogamos e que, mesmo quando desejamos alteração das relações de trabalho instituídas, precisamos compreendê-las como parte da organização das integrantes do grupo em relação ao contexto, onde atuam.

As leituras e as argumentações que encontramos apresentavam, em muitos casos, a noção de ‘formação’ com um direcionamento, isto é, como “formação para”, explicitando uma intencionalidade ou uma aplicabilidade prática (formação humana, religiosa, profissional, dentre outras).

A abordagem que gostaríamos de retratar, aqui, encontrou os primeiros enunciados nas contribuições de Tanguy (1997), dado o tensionamento proposto à ‘formação’ como prática construída social e historicamente, em diversas modalidades. A intencionalidade (formativa) estaria presente em várias práticas, mas a autora as analisa como expressões de determinada situação conjuntural.

A intencionalidade e as características do processo de formação têm sua contingencialidade reconhecida na medida em que concebemos, então, sua articu-



lação a práticas e relações socialmente datadas, historicamente provisórias. Como afirma Batista (2001), compreender a formação “[...] implica o reconhecimento das trajetórias dos homens e mulheres, bem como exige a contextualização histórica destas trajetórias, assumindo a provisoriedade das propostas de determinada sociedade” (BATISTA, 2001, p. 136).

Assim, propomo-nos a analisar a prática formadora como um espaço de relações relativamente circunscrito, que comporta uma condição inacabada e lacunar, em função de sua provisoriedade histórica, do “trânsito” dos sujeitos por espaços diferentes e da pluralidade de pertencimentos sociais.

Nesse ponto, podemos trazer as articulações que elaboramos, até o momento, entre o princípio de ‘auto-eco-organização’, proposto por Morin (2001), e a noção de ‘formação’. Também nas linhas que seguem, apresentaremos algumas articulações teóricas, citando Bourdieu (1996; 2000) e Josso (2004).

3.1 UMA CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO: INTERPRETAÇÕES E TOMADAS DE POSIÇÃO

[...] os seres vivos são seres auto-organizadores, que não param de se autoproduzirem e, por isso mesmo, despendem energia para manter sua autonomia. Como têm necessidade de retirar energia, informação e organização de seu meio ambiente, sua autonomia é inseparável dessa dependência; é por isso que precisam ser concebidos como seres auto-eco-organizadores. (MORIN, 2001, p. 95)

A noção de auto-eco-organização tem nos provocado a relativizar leituras reprodutivistas da ‘formação’, concebendo a interação entre sujeitos e coletividade num movimento de estruturação e reconstrução, no qual as pessoas reorganizam seus saberes, conforme a distribuição de poder circunstancial. Nesse sentido, torna-se significativo o esforço de conhecer os sujeitos e seu cotidiano, para compreendê-los nas suas interpretações do mundo e das atividades de trabalho, que os rodeia.



A noção de auto-eco-organização instigou-nos a considerar as vivências construídas pelo sujeito como parte histórica de si (numa trajetória) e como auto-delimitadoras da interpretação. Isto é, o que se conta agora é parte de uma forma de estar na relação com os outros construída no correr da vida, mas acionada conforme me auto-eco-organizo no presente.

[...] a interpretação narrativa e espontânea do itinerário de vida comporta uma dimensão imaginária, porque se trata de uma releitura do passado na ótica do questionamento, dos projetos, dos desejos e das perspectivas de vida inscritas no presente, no passado e nas projeções, mais ou menos conscientes de um futuro próximo ou longínquo [...]. (JOSSO, 2004, p. 253)

O que narramos sobre nós seria resultado de um tensionamento entre o que aprendemos em nossas circunstâncias de vida e o esforço de afirmação de nossa identidade, numa produção autoreferente. Agir, refletir, contar são construções de um sujeito, que vive conhecendo-se e reconstruindo-se nas relações, de maneira que a formação seria movimento de reorganização de pressupostos, valores de conduta e vínculos com discursos sociais⁴.

No correr de tal movimento, é preciso considerar as vivências narradas como aquelas significativas, interpretadas como desafiadoras, pois estas terão exigido certa organização dos jeitos de ser, dos hábitos e, além disso, poderão ter instaurado rupturas na forma de interagir com as pessoas, com o mundo. Nas palavras de Josso (2004):

[...] a recordação-referência pode ser qualificada de experiência formadora, porque o que foi aprendido (saber-fazer e conhecimentos) serve, daí para frente, quer de referência a numerosíssimas situações do gênero, quer de acontecimento existencial único e decisivo na simbólica orientadora de uma vida. (JOSSO, 2004, p. 40)

⁴ A intensidade do processo narrativo e na reorganização da formação de um sujeito precisa ser analisada na interpenetração desta com o contexto em que atua. As narrativas podem ser tão mais provisórias quanto mais o ambiente interpõe apelos, dependendo ainda da disponibilidade das pessoas em recebê-los. Não podemos pressupor mudanças e provisoriidade. Entendemos ser mais frutífero e rigoroso metodologicamente observar que interações o campo empírico enseja.



Conforme argumentamos, a análise da formação considera a elaboração presente, que o sujeito faz sobre sua trajetória. Mas, de maneira complementar, procuramos observar ainda as práticas integradoras às instâncias concretas dos contextos de atuação, como constituintes da formação e tensionadores das narrativas construídas pelos trabalhadores. E, nesse caso, apoiamo-nos nas contribuições de Bourdieu (1996; 2000) acerca das ‘condições objetivas’ e das ‘relações de poder’, que constituem o processo formativo.

Esse autor nos fala de certa “relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 139-140), referindo a ligação entre sujeitos e campo de ação. Assim, Bourdieu propõe que o espaço social se reconstrói em nós, gerando instrumentos para a ‘naturalização’ e, também, para a reflexão do convívio, de forma que nos configuramos como estruturas estruturadas e estruturantes das relações sociais. Seríamos, em parte, resultado das relações objetivas que vivemos, compartilhando socialmente práticas e interesses.

Assim, nossa participação no espaço social e nas práticas formativas, que esteinstaura, se daria a partir de relações de disputa, conforme o quantum de “poder sobre o campo (num dado momento) e, mais precisamente sobre o produto acumulado do trabalho passado, logo sobre os mecanismos, que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens” (BOURDIEU, 2000, p. 134). Estruturalmente articulados ao campo⁵, estabelecemos estratégias de disputa pelos recursos disponíveis no *locus* de atuação.

Assim, o autor fundamenta uma perspectiva, que salienta a interdependência de nossa formação às condições concretas, que nos envolvem. Mantivemos noções aportadas pelo autor que nos lembrassem de nossos laços com o contexto

⁵ “[...] Espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas, o campo se define como o *locus*, onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos, que caracterizam a área em questão.” (ORTIZ, 1983, p. 19).



e com as relações de poder, como era exemplo, então, a expressão ‘tomada de posição’. Encontrávamos trilhas para uma análise de posicionamentos, que indicasse articulações com a construção social dos espaços de ação. A partir do contraste entre as narrativas pessoais e destas com nossas próprias leituras da realidade, concebíamos condições sociais de produção coletiva do lugar que vivenciávamos juntos, educandos e educadores.

No contraste de referenciais, passamos a contemplar a ‘formação’ como um processo de resultados provisórios, imerso num conjunto de interações organizadoras, tensionadas por normatizações institucionais e reinterpretações subjetivas e grupais, tomando as tomadas de posição dos sujeitos como construções singulares a partir do que se apreende dos contextos de atuação.

4 PARA COMPREENDER RELAÇÕES: SOBRE O DIÁLOGO EM CAMPO

Não tínhamos técnicas definidas *a priori*; a partir das primeiras semanas de interação, fomos elencando e criando possibilidades para o diálogo. Sistemáticamente, as notas em relatos foram alvo de análise, no intuito de criticar e reorganizar a caminhada. Entendemos que, assim, aproximávamo-nos de uma autoanálise de nossas inferências e explicações (conforme sugere Morin, 1999), reorientando procedimentos para compreender as ações dos sujeitos.

Nesse sentido, começamos citando uma provocação de Brandão (2003), que ainda trazemos conosco:

[...] o que fazer quando eu sou aquilo que desejo conhecer e interpretar? [...] O que fazer quando eu faço parte daquilo que desejo compreender e interpretar?
(BRANDÃO, 2003, p. 51)

Quando começamos o acompanhamento, em abril de 2008, o grupo havia sido recomposto depois da desistência da maioria das integrantes. Restara



apenas uma das mulheres, que o compunham. O motivo alegado para evadirem era a interferência da cooperativa habitacional na gestão do empreendimento, afetando a autonomia das trabalhadoras.

O empreendimento possuía o maquinário necessário para o trabalho⁶ e estava alocado numa sala alugada pela cooperativa, que, também, havia se incumbido de constituir a, então, nova formação do grupo. Quando assumiram o trabalho, era perceptível a expectativa preponderante em relação à geração de renda.

Nossas explicações iniciais acerca da perspectiva de economia solidária, que nos movia e deveria balizar o trabalho dos empreendimentos incubados, pareciam ter sido entendidas e aceitas, mas a construção de atividades autogestórias e solidárias no cotidiano assumiu uma dinâmica complexa, entrelaçada por necessidades materiais, demandas comunitárias e tomadas de posição arraigadas nas trajetórias profissionais daquelas mulheres.

Íamos semanalmente à sede do grupo. Em nosso trajeto, percebíamos o fim do asfalto dando lugar a ruas repletas de buracos, sem meio fio, ladeadas por casas de madeira ou alvenaria com acabamento por concluir. Algumas cercas de madeira e crianças brincando pela rua completavam o cenário. Entrávamos na ‘vila’ e, chegando à sede do empreendimento, encontrávamos as mulheres sentadas à frente das máquinas de costura. Ali ficavam enquanto conversávamos. Na maioria das vezes, iniciavam contando os fatos ocorridos na última semana: os pedidos novos, os acordos para pagamento da energia elétrica junto à cooperativa, suas solicitações de apoio da incubadora. As demandas eram várias e tentávamos propiciar algumas parcerias junto à universidade, que qualificassem o trabalho

⁶ As máquinas foram cedidas por uma organização não-governamental e pelo Programa de Inclusão Produtiva desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento – MDS/PNUD, do qual o Tecnosociais-Unisinos fez parte. O grupo foi beneficiado mediante vinculação à incubagem.



do grupo⁷. O atendimento das solicitações incluía capacitações cujos resultados imaginávamos estratégicos para o empreendimento e, também, necessidades urgentes relativas ao atendimento da clientela e ao pagamento de despesas.

Neste ínterim, tentávamos articular ainda uma proposta de planejamento participativo do empreendimento. Todavia, a possibilidade de descrevermos um plano foi entrecortada, várias vezes, pela dinâmica política comunitária e pela urgência na geração de renda. Em meio às oscilações de curso, logramos construir uma caminhada, que mantivera no horizonte a proposta de formar um empreendimento autônomo, na medida em que fortalecíamos laços de confiança entre as mulheres e a equipe da incubadora.

Para efeito desta análise, abordaremos duas práticas desenvolvidas: a busca por entender a inserção do empreendimento nas dinâmicas micropolíticas de sua comunidade; e o desenvolvimento de artifício didático para aprendizagem da composição de preços dos produtos. Essas iniciativas serão abordadas por entendermos serem as que melhor expressam nosso intento de compreender as tomadas de posição das trabalhadoras com quem dialogávamos.

4.1 EMPREENDIMENTO E COMUNIDADE

Em nossas primeiras conversas com o grupo, insistíamos no reconhecimento de motes distintos do estritamente produtivo para integração entre as trabalhadoras, ao passo que elas citavam sua necessidade de renda e a intenção de permanecer no grupo se este oportunizasse recursos a curto prazo. Pedidos trazidos pela cooperativa habitacional alimentavam a esperança de ganhos. Atuávamos apoiando o cálculo de preços, atividade para a qual não se sentiam habilitadas e que precisava de resolução imediata quando do atendimento de pedidos.

⁷ Seriam exemplos cursos de inclusão digital, módulos técnicos de costura, elaboração de materiais de comunicação e divulgação.



Depois de um mês de reuniões, iniciamos um diagnóstico das necessidades gerais do empreendimento. Fizemos entrevistas individuais e um grupo de discussão para levantarmos demandas e potencialidades. Nas interlocuções individuais, visualizamos, também, as disputas existentes, incluindo aí o descontentamento do grupo em relação à liderança informal, que havia se instituído. Essa trabalhadora vinha negligenciando os posicionamentos das colegas nas tomadas de decisões, além de ocupar lugar na diretoria da cooperativa habitacional, organização com qual o grupo tinha interações bastante conflituosas⁸.

O processo de planejamento participativo fora interrompido, dada a necessidade de dialogarmos com representantes da cooperativa, definindo mais claramente papéis no apoio ao empreendimento. Estávamos no segundo mês de incubagem quando aconteceu a reunião. Além de nossa presença, contávamos com as integrantes do grupo e o presidente da cooperativa. No que tange às questões práticas, não obtivemos grandes avanços, mas as conversas enunciaram tomadas de posição, que não percebíamos antes. De um lado, observamos que a cooperativa adotava uma prática política de barganha em relação aos acordos, apoiando-se numa dimensão temporal. Afirmava o apoio ao grupo, deixando subentendido condicionamentos. Dizia apoiar sem esclarecer objetivamente como. Assim, a conversa interpunha possibilidades futuras àqueles, que necessitavam, sem, no entanto, formalizar compromissos.

De outro lado, presenciávamos as trabalhadoras do grupo orientando-se para solicitações pontuais, relativas a encomendas da cooperativa, enquanto preferiam evitar a exigência de que a mesma explicitasse um acordo de apoio duradouro ao

⁸ Poderíamos citar como exemplo o acordo para pagamento da energia elétrica consumida pelo empreendimento. A cooperativa havia assumido o compromisso de fazê-lo, mas normalmente atrasava a destinação do recurso e deixava transparecer dúvidas quanto à intenção de manter o compromisso, instaurando certa tensão ao lembrar da dependência financeira do grupo. Outra circunstância tensa decorria na necessidade do empreendimento, em situação incipiente, usar notas fiscais cedidas pela cooperativa, que administrava a situação, dispondo as mesmas dúvidas.



empreendimento (conforme tinham reclamado em nossas reuniões). Percebemos, a partir daquele momento, que as relações instauradas pelo grupo, com a cooperativa e também nossa equipe, situavam-se num campo de articulações voltado ao presente, ao mais imediato, mas esboçando um futuro sem formalizá-lo em “contratos” explícitos e/ou prescritos.

Em nosso entendimento, não se tratava de ‘imediatismo’, mas sim de uma tomada de posição coerente com o contexto comunitário, onde atuam, constituída por estratégias, que visavam a ampliar fontes de recursos e bases de ação. Aventamos a hipótese, então, de que as condições materiais precárias e a informalidade e instabilidade dos laços dos quais participam (com destaque ao mercado de trabalho e às situações de subsistência) ambientam estratégias na formação de redes de ação (mais ou menos duradouras) com foco na garantia de condições de subsistência e consumo imediatas, com projeções cumulativas discretas, mas existentes.

Assim, o embate direto com a cooperativa, exigindo cumprimento de acordos, não seria oportuno. Seguindo essa racionalidade, parecia mais recomendado manter um vínculo virtual, administrado passo a passo. Visualizávamos situações semelhantes, também, em outros grupos, quando o trabalho dos empreendimentos era atravessado por atividades pontuais de complementação de renda ou de ganhos significativos para as trabalhadoras. Não faziam opção entre vínculos, tentavam fazer uso de todas as possibilidades. Nesses casos, a associação de recursos oriundos de articulações diversas viabilizava conquistas cumulativas, graduais, sem exigir do interlocutor o que ele possivelmente não ofereceria, dada a assimetria de poder em jogo⁹.

⁹ Tentavam fazer uso de todas as possibilidades quando, por exemplo, por uma participação político-partidária eventual deixavam as atividades do empreendimento, retornando tempos depois. Com essas articulações, garantiam recursos que suas atividades de trabalho usuais não oportunizariam a curto prazo, como o pagamento dos serviços para obter carteira de habilitação ou a verba para o telhado de uma residência: situações de inclusão precarizada, que estamos produzindo em nossa sociedade.



Passado mais um mês, a relação entre empreendimento e cooperativa entrou em nova tensão. Por dificuldades financeiras, não seria mais possível manter o aluguel do prédio ocupado pelo grupo de confecção, sendo solicitado às mulheres, que ocupassem um espaço a ser adaptado no depósito de materiais da cooperativa. Ali, esta pretendia reunir todos os grupos de geração de trabalho e renda, que apoiava.

O conflito foi instaurado a partir do momento em que as trabalhadoras não demonstraram interesse em se transladar para o local indicado. Segundo nos comentavam, essas mulheres eram contrárias às exigências da cooperativa de participarem de um rodízio noturno de vigilância do prédio, que visava a zelar pelas máquinas instaladas num bairro cujo risco e violência eram reconhecidos pela própria comunidade. À época, a diretoria afirmava a necessidade da participação de todos os grupos em função da falta de recursos para pagamento de serviço externo.

Em nossas conversas com o grupo, demonstravam, também, outras críticas: diziam considerar o lugar insalubre (o espaço possuía problemas de ventilação e iluminação) e temiam que a diretoria da cooperativa, dada a proximidade física, resolvesse interferir na gestão do grupo. Passamos por um período de impasses e negociações em que nenhuma das partes parecia ceder. As mulheres passaram a nos receber em suas casas para nos contar os ocorridos da semana. As residências se tornaram o território de acolhida de nossos encontros, quando falavam de seu interesse em alcançar independência da cooperativa, buscando local próprio para a produção, e em encontrar novas interfaces para comercialização de produtos. A conjugação de fatos referentes à relação, que estabeleciam com a cooperativa parece tê-las levado a desejar autonomia, o que trazia congruência com a perspectiva de nosso trabalho de incubagem.

No curso de tais conflitos, a trabalhadora, que liderava o grupo decidiu deixá-lo, permanecendo, porém, vinculada à diretoria da cooperativa. Sua saída reconfigurou a relação com a equipe da incubadora: passamos a perceber as mu-



lheres mais disponíveis à nossa participação e ainda mais resistentes à interação com a cooperativa.

Além disso, a receptividade daquelas trabalhadoras em suas residências nos sinalizava que a relação construída conosco dava sinais de mudança. Acreditamos, nesse sentido, a necessidade de ressaltarmos a importância da regularidade de acompanhamento, estendido por longo período de tempo. A consolidação de laços de confiança foi fundamental para que iniciássemos diálogos, que rupturassem, na interação conosco, a dinâmica de ‘maximização de possibilidades’ mencionada acima, fortalecendo as possibilidades para produzirmos comprometimentos mútuos com a iniciativa de geração de trabalho e renda.

Difícil determinar o tempo necessário para construção de tais condições, mas percebemos que a intensidade dos fatos ocorridos em decorrência dos conflitos com a cooperativa, acompanhada de demonstração nossa de apoio à autonomia de trabalho dessas mulheres, fortaleceu certa comunhão de propósitos e a experiência de um compromisso relacional mútuo. Nossas conversas passaram a tratar de outras dimensões de suas vidas, e não só de questões produtivas relativas ao empreendimento, possibilitando-nos conhecer com mais detalhes suas trajetórias de trabalho e os sentidos atribuídos àquele espaço de inserção.

Resumidamente, poderíamos afirmar a condição de trânsito e instabilidade, que perpassava aquelas narrativas. A condição de migrantes em busca de trabalho, com passagens por várias cidades e locais de moradia. Ademais, a informalidade da maioria dos vínculos com o mercado, iniciados bastante precocemente, por volta dos 10 anos de idade, e acompanhados de uma presença fragmentada na escola. E a importância afirmada dos filhos e da família, que, também, interpunha demandas e necessidades nas buscas de labor.

Percebíamos que a geração de renda era fundamental naquele contexto e, sobretudo no início, era o principal argumento de vinculação daquelas trabalhadoras, mas, à medida que nos conhecíamos, eram acrescentados os desejos de



consumo, a importância do convívio naquele grupo, a relevância afetiva daquela ocupação quando de perdas na família (muitas vezes, por casos de violência).

Aquele empreendimento assumia múltiplos sentidos entrelaçados, constituídos desde suas trajetórias. Assim, alimentávamos a expectativa de que a filiação ao grupo deixasse de ser apenas mais uma das vinculações pecuniárias necessárias, para uma atividade de múltiplos vínculos coletivos.

Depois de cinco meses de incubagem, começávamos a conhecer a formação das mulheres daquele coletivo, compreendendo as tomadas de posição construídas por elas. Eram ainda pistas a trilhar, mas já indicavam algumas disposições a constituir suas formas de interpretar e agir no contexto.

Voltando às negociações e aos conflitos instaurados junto à cooperativa, depois de mais de um mês, o grupo acabou recuando em seus propósitos. Embora tenha procurado por um novo local e tentado buscar novos pedidos comerciais, houve impeditivos estruturais à autonomia do grupo. O mais importante deles, a impossibilidade de o empreendimento emitir nota fiscal, dada sua condição ainda embrionária e informal, situação à qual inviabilizaria uma cisão com a cooperativa, já que esta intermediava as transações contábeis em nome do grupo, considerando este uma de suas iniciativas de geração de renda¹⁰.

Continuamos o processo de incubagem, na expectativa de que possamos fortalecer o grupo e garantir sua independência financeira no longo prazo. Essa situação interpôs, porém, uma questão sobre a condução de políticas públicas voltadas à criação de pequenos empreendimentos econômicos solidários, que vale registrar aqui.

Uma das grandes dificuldades das iniciativas incubadas se assenta nos limites à comercialização. Essas pessoas, por sua condição de origem, não possuem uma rede de contatos, que viabilize o consumo de suas mercadorias e, além disso,

¹⁰ A cooperativa, além de sua finalidade habitacional, continha a prestação de serviços em seu estatuto.



as exigências relativas à formalização-manutenção do empreendimento impossibilitam que acessem um mercado formal de comercialização. Há que se discutir a necessidade de construirmos variados canais para circulação dos produtos de empreendimentos econômicos solidários, acompanhados dos processos de incubagem; do contrário, fragilizam-se nossas propostas de trabalho pela dificuldade de visualizarmos horizontes de viabilidade.

4.2 SABERES E PRÁTICAS: O EXEMPLO DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

Para concluir a narrativa de nossas buscas para compreender as tomadas de posição do coletivo de mulheres, trazemos um exemplo de nossas tentativas em colaborar na formulação dos preços dos artigos produzidos, que iniciamos ao final do período observado neste texto, depois que as relações com a cooperativa deixaram de ser o alvo principal de atenção do grupo.

Desejávamos que as trabalhadoras aprendessem a orçar valores para sua produção e o fizemos buscando entender como elas calculavam preços para algumas bolsas. Normalmente, contavam com apoio de funcionários da cooperativa ou de nossa equipe para definir preços a clientes, mas, em situações emergenciais, acabavam por negociar valores sem apoio externo. Não vínhamos logrando êxito, ademais, quando tentávamos ensinar-lhes o cálculo usual na administração e/ou ciências contábeis, ainda que procurássemos trazer esses saberes em exemplos e palavras mais simples, não surtia efeito o uso de fórmulas de geometria básica para estimar a área e a quantidade de tecido utilizada.

Percebemos que efetuar uma espécie de adaptação daquela sequência lógica de operações, simplificando ou trocando termos, não resultava em compreensão por partes daquelas pessoas. Consideramos a hipótese de que estavam numa condição em que a operacionalização do cálculo de quanto custaria uma bolsa seguia outra organização, coerente com a interação que tinham estabelecido



até o momento com suas práticas de trabalho. Os parâmetros definidos no âmbito da educação formal (nos quais nos apoiávamos) integraram suas atividades, mas numa bricolagem com outros artifícios.

Ao longo de uma oficina de aprendizagem, essas mulheres nos ensinaram que chegavam ao preço com os seguintes passos: tomavam a medida da bolsa desejada a partir de um modelo trazido pela cliente e, segurando a fita métrica estendida, sobrepunham-na ao tecido, visualizando quantas peças poderiam ser extraídas de um metro do mesmo; dividiam o preço do metro pelo número de bolsas; e, por fim, duplicavam o valor, supondo o dispêndio de horas de trabalho, chegando ao preço do artigo. Quando o orçamento deveria ser dado de imediato, sem tempo para tal conjunto de operações, faziam uma espécie de estimativa intuitiva, baseada na equivalência de tamanho com outras peças já feitas.

Aquela fórmula de cálculo supunha conhecimentos de costura aprendidos em suas passagens pela indústria têxtil, que indicava em que sentido o corte do tecido poderia ser feito e, logo, o número de peças provável. Também faziam uso de um parâmetro bastante usual no mercado para definição de custo de mão-de-obra em serviços informais (equivalência com o dispêndio de matéria-prima), sendo que, nesse caso, a aritmética tinha seu uso configurado numa multiplicação simples.

Mas esse formato, bastante apoiado em estimativas visuais, não considerava outros elementos, que compunham o custo da produção, e cuja participação em cada unidade é menos expressiva, como era o caso do consumo de energia elétrica ou do uso de linhas de costura. E, em casos de orçamentos dados de imediato, a variação de preços dos tipos de tecidos ou o nível de acabamento solicitado eram negligenciados, o que acarretava perdas para as trabalhadoras, em função do custo de matéria-prima mais elevado ou do número de horas de trabalho superior ao esperado inicialmente.

Almejavamos aproximar nossos saberes e, então, começamos a busca de um artifício metodológico. Decidimos montar uma tabela de custos, que ficasse



exposta na sede do empreendimento e que contemplasse a maioria dos tamanhos de bolsas encomendadas¹¹. Era importante que aquela ferramenta fosse construída pelo coletivo. Assim, elencamos os tipos de artigos mais recorrentes, listando (verticalmente) seus tamanhos numa folha de papel pardo e, então, passamos a verificar a quantidade de peças possíveis por metro, utilizando o método das trabalhadoras. Considerando e registrando (horizontalmente) os preços dos tecidos mais utilizados, teríamos o custo da principal matéria-prima em cada tipo de bolsa.

Esse processo, ainda não concluído, dependerá, também, da realização de estimativas de custo de outros insumos (energia elétrica, depreciação de equipamento, gasto de linhas e adereços, etc.) e da inclusão da remuneração das horas trabalhadas. Imaginamos que estes dois aspectos (insumos e mão-de-obra) poderiam ser estipulados na construção de valores padronizados, a serem gerados em novas oficinas. Cada um deles seria somado à estimativa de custo de tecido, formando o preço a ser disposto em negociação.

Visualizamos alguns desafios na continuidade dessa aprendizagem. Primeiramente, precisamos seguir buscando caminhos para que as trabalhadoras participem da construção dos custos dos produtos, a cada insumo, da definição do número de horas necessárias e da conjugação final do preço. E, nesse sentido, acreditamos necessário trazer os códigos formais de aritmética ao processo, interpretando os usos que tais mulheres já fazem deles. Acreditamos que essa seria uma construção a exigir considerável tempo de dedicação, ainda, por se predispor a respeitar a organização própria delas e a provocar aprendizagens significativas.

Sentimos, ainda, que, além de uma caminhada articulada às demandas sentidas pelas trabalhadoras, precisamos interpor educativamente provocações

¹¹ Não queríamos, com isso, esgotar o conjunto de produtos, mas apenas criar um artifício de aprendizagem significativo, atento às demandas cotidianas do trabalho, estimulando essas trabalhadoras a calcularem os preços de seus produtos sem depender necessariamente do apoio de terceiros.



sobre os rumos do empreendimento, discutindo coletivamente sua inserção econômica e política. Aqui, visualizamos a necessidade de retomarmos a proposta de um planejamento participativo do empreendimento, sustentando, agora, em compromissos resultantes do convívio.

5 CONSIDERAÇÕES E PROVOCAÇÕES FINAIS: SOBRE PESQUISAS E TEMPOS

O processo de incubagem, descrito ao longo do texto, demanda algumas condições estruturais quando pensado em sua continuidade. Parece pertinente intensificarmos a integração de políticas públicas, em especial aquelas concernentes ao trabalho e à educação, para que possamos associar a geração de renda à apropriação de códigos e conhecimentos necessários à condução do empreendimento (e o acesso à escola realça sua importância aqui) e, também, a processos reflexivos-formativos sobre os sentidos atribuídos ao trabalho.

Outro aspecto a considerar é a necessidade de uma imersão mais intensa na comunidade. O trabalho feito, até aqui, deixou inquietações e curiosidades acerca da organização comunitária, perguntando por outros aspectos a incidir sobre a constituição de um empreendimento econômico solidário. A proximidade ao cotidiano talvez nos oportunizasse novas compreensões sobre as tomadas de posição daquelas trabalhadoras, mas essa condição faria sentido somente se articulada a uma concepção de fomento à incubagem, que privilegiasse a dimensão temporal, reconhecendo efetivamente as peculiaridades de um trabalho educativo e mobilizatório realizado junto a populações em situação de elevada vulnerabilidade social (conforme o relatado acima).

Uma dimensão do trabalho a ser problematizada é as possibilidades de reflexividade sobre nossa metodologia na incubagem. Faz-se necessário construir práticas regulares não só de socialização do que fazemos em campo, mas de análise e questionamentos das tomadas de posição que produzimos, ponderando nossos



parâmetros na compreensão do outro. Nesse sentido, dentro do esforço teórico-metodológico que realizamos, gostaríamos de deixar uma provocação final, relativa às temporalidades, que concebemos e influenciam as práticas desenvolvidas por nós, educadores. As considerações de Santos (2002) serão os referentes nesse intento, por nos parecerem proposições instigantes para sujeitos desejantes da construção de condições de vida efetivamente democráticas.

Tomemos algumas das críticas de Santos (2002) concernentes à produção acadêmica. Para o autor, a compreensão ocidental do mundo tem legitimado seu poder desde uma concepção de tempo peculiar, que tende a contrair o presente e expandir o futuro. Essa racionalidade agiria pressupondo abrangência e presença totalizantes para sua interpretação do mundo, de maneira que outras racionalidades tendem a ser negadas ou classificadas como inferiores, atrasadas ou exóticas. O tempo presente torna-se um momento passageiro, resultante de um passado cujas características são dispostas mirando preponderantemente as potencialidades do tempo futuro (esperado, planejado). Na perspectiva criticada pelo autor, negligencia-se possibilidades existentes no presente, em vários contextos, organizadas em temporalidades e propósitos sociais distintos do suposto progresso capitalista.

A sociologia das ausências procura, então, a expansão do presente, visando a reconhecer experiências sociais distintas das quais tomamos de forma ‘naturalizada’ no sistema social, que produzimos. O próprio Santos (2002) comenta o exemplo do olhar que, por estar vinculado a uma organização linear de tempo, ao ver uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue enxergar nela senão o camponês pré-moderno. Assim, assinala a necessidade de rompermos nossas categorizações, vislumbrando organizações sociais e temporais distintas, como totalidades não concebidas dentro dos parâmetros, que nos são habituais.

A questão a considerar, então, diz respeito à racionalidade e ao tempo, que organiza nossas práticas de incubagem: conhecer as interpretações em diálogo e reconhecer relações de poder e categorizações, que, também, nós acabamos impondo. Muitas vezes, o trabalho do educador encontra-se atrelado a instâncias



institucionais, que pautam ritmos e resultados (via determinação de financiamentos e exigências de produtividade), respondendo a objetivos administrativo-burocráticos e político-econômicos diferentes e divergentes do fluir necessário a um educar reflexivo voltado à compreensão das formas de organização das comunidades com as quais dialogamos; atento à maturação de laços de confiança e pertencimento nos grupos.

Quando estamos em campo, podemos observar relações diferentes com o tempo. Muitas das disputas e das barganhas políticas, que tivemos oportunidade de presenciar por ocasião da incubagem, tendiam a acordos orientados ao atendimento parcial de necessidades imediatas, mas contendo compromissos virtuais numa espécie de promessa tácita de novas conquistas. Um representante político local e uma moradora poderiam combinar alianças e cumplicidades, organizando o tempo de produção de suas vidas de uma maneira diferente, por exemplo, da acumulação individual oriunda da carreira no trabalho assalariado. Essa situação, como outras possíveis, traz uma realidade cuja compreensão necessitaria de imersão comunitária, demandando interação e dedicação reflexiva intensas.

O tempo sob o qual o processo de incubagem é organizado pode configurar um artifício de poder, e, mesmo com intenções emancipatórias, realizações associadas a funcionamentos institucionais lineares e produtivistas tendem a oferecer limites políticos e epistemológicos, que precisamos reconhecer.

REFERÊNCIAS

- SENAES. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE/Senaes, 2006.
- BATISTA, S. Formação. In: Fazenda, I. (org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001. p. 135-140.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 2001.



_____. Você disse popular? In: **Revista Brasileira de Educação**, 1, 16-26, 1996.

BRANDÃO, Carlos R. Do número ao nome, do caso à pessoa, da solidão à partilha. In: BRANDÃO, Carlos R. **A pergunta a várias mãos**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 31-109.

BRUSCHINI, MARIA CRISTINA ARANHA. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Disponível em: <http://www.oei.es/genero/trabalho_genero_brasil.pdf>. Acesso em: 24/03/2011.

CARVALHO, Marília Pinto de; VIANNA, Cláudia P. Educadoras e mães de alunos: um (des)encontro. In: BRUSCHINI, C. (org.) **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. p.133-158.

FONSECA, Tania M. G. (2000), Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, Luis Inácio. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n2/a09v21n2.pdf>>. Acesso em: 20/03/2011

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100013>. Acesso em: 11/02/2011.

JOSSO, Marie Cristine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.



OLIVEIRA, Inês Barbosa. Pesquisa no/do cotidiano das escolas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ORTIZ, R. Pierre Bourdieu – Sociologia, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 20/01/2011.

TANGUY, Lucie (1997), “Formação: uma atividade em vias de definição”, *Veritas*, 42(2), 411-426.

